

FERNANDO FALEIROS REZENDE

MANDADOS CONSTITUCIONAIS DE CRIMINALIZAÇÃO

O LEGISLADOR PENAL ENTRE A
OBRIGAÇÃO E A EXORTAÇÃO

2ª EDIÇÃO

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

Sumário

Prefácio.....	IX
Introdução	1
Capítulo I – Mandados Constitucionais Expressos de Criminalização.....	5
1.1. Normas de eficácia limitada	5
1.2. Espécimes.....	9
1.2.1. Itália	10
1.2.1.1. Art. 13, n.º 4	10
1.2.2. Alemanha	14
1.2.2.1. Art. 26, n.º 1	14
1.2.3. Portugal.....	17
1.2.3.1. Art. 117, n.º 3	17
1.2.3.2. Art. 37, n.º 3.....	20
1.2.4. Espanha.....	22
1.2.4.1. Art. 45, n.º 3	22
1.2.4.2. Art. 46.....	28
1.2.4.3. Art. 55, n.º 2	31
1.2.5. Brasil.....	35
1.2.5.1. Art. 5.º, XLI	35
1.2.5.2. Art. 5.º, XLII	43
1.2.5.2.1. Da criminalização do corpo negro à constitucionalização penal do antirracismo	43
1.2.5.2.2. Do racismo constitucional ao racismo jurisprudencial.....	52
1.2.5.2.3. Injúria racial e crimes de racismo	61
1.2.5.2.4. O HC n.º 154.248 e a imprescritibilidade da injúria racial	68

1.2.5.2.5. A Lei n.º 14.532/2023: positivação legislativa do HC n.º 154.248?	83
1.2.5.2.6. Antirracismo à brasileira: o mito da redenção penal.....	95
1.2.5.3. Art. 5.º, XLIII	101
1.2.5.4. Art. 5.º, XLIV	110
1.2.5.5. Art. 7.º, X	113
1.2.5.6. Art. 225, § 3.º	132
1.2.6.7. Art. 227, § 4.º	136
1.3. Qual o sentido dos mandados constitucionais expressos de criminalização?	139

Capítulo II – O Liame entre o Legislador Penal e a Constituição como Fundamento Expresso ao Direito Penal..... 145

2.1. “Sinal verde” ao legislador penal.....	145
2.2. A antevisão dos critérios materiais do delito pelo legislador constituinte	150
2.3. Inconstitucionalidade por omissão.....	154
2.3.1. O contexto brasileiro	156
2.3.1.1. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.....	157
2.3.1.2. Mandado de Injunção	159
2.3.1.3. A “Homotransfobia” no Supremo Tribunal Federal: a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão n.º 26 e o Mandado de Injunção n.º 4.733	163
2.3.1.3.1. A <i>inertia deliberandi</i> e a pauta criminalizante da homotransfobia	163
2.3.1.3.2. Análise dos votos na ADO n.º 26 e no MI n.º 4.733	170
2.3.1.3.3. O inciso XLII do art. 5º como cláusula penal antidiscriminatória geral.....	179
2.3.1.3.4. A criminalização judicial da homotransfobia	183
2.3.1.4. A Jurisdição constitucional penal entre a contenção e o protagonismo	193
2.4. Inconstitucionalidade por ação	199

Capítulo III – Mandados Constitucionais Implícitos de Criminalização?	203
3.1. Corolários do direito “vivo”	203
3.2. Dever de proteção aos Direitos Fundamentais	206
3.2.1. O caso <i>Lüth</i>	206
3.2.2. Aborto I	211
3.2.3. Aborto II	215
3.3. Proibição do excesso e proibição da proteção insuficiente	218
3.4. Indicativos de criminalização	222
3.5. Inconstitucionalidade por omissão?	231
3.6. Inconstitucionalidade por ação	244
Conclusão	257
Referências Bibliográficas	263
Referências Jurisprudenciais	279
Referências Legislativas	283
Referências Eletrônicas	287